

INTERESSADO(A): DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20)  
 ARNALDO MORANDI (CPF 706.513.298-68)  
 ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI (CPF 004.703.308-80)  
 FABIO LEITE E FRANCO (CPF 058.871.798-30)  
 JOSUE CARDOSO DE LIMA (CPF 100.499.218-19)  
 ASSUNTO: LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2017  
 EDITAL Nº 001/2017  
 CONTRATO CONTRATO SMADLC N.º 025/2017 ASSINATURA 09/08/2017  
 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA PEC 3000, NO JARDIM ATLÂNTICO, NA CIDADE DE ARACATUBA SP  
 VIGÊNCIA 10/08/2017 A 09/08/2019  
 VALOR R\$ 838.700,00  
 EXERCÍCIO: 2017  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00025572.989.18-4, 00025756.989.18-2, 00002759.989.18-2, 0008015.989.19-7  
 PROCESSO: 00025572.989.18-4  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79)  
 o ADVOGADO: ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)  
 CONTRATADORA(A): KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDOPOLIS LTDA (CNPJ 11.604.925/0001-68)  
 INTERESSADO(A): DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20)  
 ARNALDO MORANDI (CPF 706.513.298-68)  
 ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI (CPF 004.703.308-80)  
 FABIO LEITE E FRANCO (CPF 058.871.798-30)  
 JOSUE CARDOSO DE LIMA (CPF 100.499.218-19)  
 ASSUNTO: CONTRATO N.º 25/2017 ASSINATURA EM 09/08/2017  
 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E CULTURA PEC 3000, NO JARDIM ATLÂNTICO NA CIDADE DE ARACATUBA.  
 VIGÊNCIA 10/08/2017 A 09/08/2019  
 VALOR R\$ 838.700,00  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO PRINCIPAL: 25481.989.18-4  
 PROCESSO: 00025756.989.18-2  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79)  
 o ADVOGADO: ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)  
 CONTRATADORA(A): KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDOPOLIS LTDA (CNPJ 11.604.925/0001-68)  
 INTERESSADO(A): DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20)  
 ARNALDO MORANDI (CPF 706.513.298-68)  
 ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI (CPF 004.703.308-80)  
 FABIO LEITE E FRANCO (CPF 058.871.798-30)  
 JOSUE CARDOSO DE LIMA (CPF 100.499.218-19)  
 ASSUNTO: 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2017 ASSINATURA 09/08/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
 EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA PEC 3000, NO JARDIM ATLÂNTICO, NA CIDADE DE ARACATUBA SP.  
 FINALIDADE ACRÉSCIMO NO VALOR R\$ 206.103,11, PASSANDO O VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA R\$ 1.044.803,11 E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS  
 PARA EXECUÇÃO, A PARTIR DE 11/06/2018 ATÉ O DIA 10/08/2018.  
 VIGÊNCIA 11/06/2018 A 10/08/2018  
 VALOR R\$ 206.103,11  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO PRINCIPAL: 25481.989.18-4  
 PROCESSO: 0025759.989.18-9  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79)  
 o ADVOGADO: ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)  
 CONTRATADORA(A): KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDOPOLIS LTDA (CNPJ 11.604.925/0001-68)  
 INTERESSADO(A): DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20)  
 ARNALDO MORANDI (CPF 706.513.298-68)  
 ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI (CPF 004.703.308-80)  
 FABIO LEITE E FRANCO (CPF 058.871.798-30)  
 JOSUE CARDOSO DE LIMA (CPF 100.499.218-19)  
 ASSUNTO: 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2017 ASSINATURA 09/08/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
 EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA PEC 3000, NO JARDIM ATLÂNTICO, NA CIDADE DE ARACATUBA SP.  
 FINALIDADE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA EXECUÇÃO, A PARTIR DE 11/08/2018, PASSANDO A VIGER ATÉ O DIA 09/09/2018.  
 VIGÊNCIA: 11/08/2018 A 09/09/2018  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO PRINCIPAL: 25481.989.18-4  
 PROCESSO: 0008015.989.19-7  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATUBA (CNPJ 45.511.847/0001-79)  
 o ADVOGADO: ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)  
 CONTRATADORA(A): KAIROS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDOPOLIS LTDA (CNPJ 11.604.925/0001-68)  
 INTERESSADO(A): DILADOR BORGES DAMASCENO (CPF 111.389.126-20)  
 ARNALDO MORANDI (CPF 706.513.298-68)  
 ERNESTO TADEU CAPELLA CONSONI (CPF 004.703.308-80)  
 FABIO LEITE E FRANCO (CPF 058.871.798-30)  
 JOSUE CARDOSO DE LIMA (CPF 100.499.218-19)  
 ASSUNTO: 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 025/2017 ASSINATURA 09/08/2017 OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA PEC 3000, NO JARDIM ATLÂNTICO, NA CIDADE DE ARACATUBA SP.  
 FINALIDADE SUPRESSÃO NO VALOR DE R\$ 26.527,92, PASSANDO O VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA R\$ 1.018.275,19.  
 VIGÊNCIA 13/02/2019 A 09/09/2019  
 VALOR R\$ 26.527,92  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO PRINCIPAL: 25481.989.18-4  
 Vistos por 05 (cinco) dias o prazo solicitado pela Origem para apresentação de justificativas, a contar da publicação. Transcorrido o prazo, retornem os autos pelas Unidades de Engenharia e de Economia da Assessoria Técnica e MPC, nos termos dos artigos 69, II, e 205, do Regimento Interno deste Tribunal, conforme determinado no despacho anterior. Publique-se.

PROCESSO: TC-023999.989.18-9  
 CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENÇA DO VALE DO PARAIBA E REGIÃO SERRANA - CISAMU  
 RESPONSÁVEL: JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR  
 ORGANIZAÇÃO SOCIAL: INSTITUTO ESPERANÇA  
 RESPONSÁVEL: PEDRO CIPRIANO DA SILVA JUNIOR (Diretor Presidente)  
 MATÉRIA: REPASSES AO TERCEIRO SETOR – PRESTAÇÃO DE CONTAS (CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2016)  
 EXERCÍCIO: 2017  
 VALOR: R\$ 13.326.704,57  
 ADVOGADOS: ARIANDE ABRÃO DA SILVA ESTEVES – OAB/SP Nº 197.603, RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO – OAB/SP Nº 376.248 E OUTROS  
 VISTOS.  
 O CISAMU, o Sr. José Bernar Ortiz Monteiro Júnior e o Instituto Esperança, por seus representantes, solicitam dilação de prazo para atendimento à determinação desta Corte (eventos 31, 39 e 42).  
 Defero pelo prazo de 10 (dez) dias úteis.  
 Transcorrido o prazo, remetam-se os autos ao MPC, nos termos do art. 69, II, do RITCESP.  
 Publique-se.  
 DESPACHOS PROFERIDOS PLO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO  
 Expediente: TC-017973.989.19-7.  
 Representante: Poávias Pavimentação Eireli.  
 Representado: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacaré – SAAE.  
 Responsável: Nelson Gonçalves Prianti Junior - Presidente.  
 Assunto: Representação contra o Edital de Concorrência Pública nº 001/2019, objetivando a contratação de empresa especializada na execução de serviços de reparo de vazamento em redes e ramais de água, troca de ramais de água, troca de redes de água, aterro e recomposição de pavimento em diversos locais da cidade.  
 Valor Estimado: R\$4.146.542,05.  
 Advogados cadastrados no e-TCESP: Maria Cristina Vitoriano Martins Penna (OAB/SP 117.922); Fernanda Medeiros Silva Brunheroto Sarte (OAB/SP 214.308); Everton Henrique dos Reis Prado (OAB/SP 331.659); Angelica Paula Siqueira Pinheiro (OAB/SP 348.551).  
 Data de abertura: 22/08/2019, às 09: 00 horas.  
 Vistos.  
 1. RELATÓRIO  
 1.1.Trata-se de representação formulada por POÁVIAS PAVIMENTAÇÃO EIRELI contra o edital da Concorrência Pública Nº 001/2019, promovido pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACARÉ - SAAE, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de reparo de vazamento em redes e ramais de água, troca de ramais de água, troca de redes de água, aterro e recomposição de pavimento em diversos locais da cidade.  
 A sessão pública de abertura está marcada para ocorrer no dia 22/08/2019, às 09: 00 horas.  
 1.2.A Representante cita os seguintes aspectos do edital:  
 1.2.1.falta de permissão para participação de empresas reunidas em consórcio;  
 1.2.2.assevera que as parcelas eleitas como de maior relevância para fins de do cumprimento da capacidade técnica não apresentam complexidade técnica ou relevância financeira;  
 1.2.3.critérios de aplicação de multas por inexecução ou execução inadequada do contrato.  
 1.3.Nestes termos, requer a representante seja determinada a suspensão liminar do procedimento licitatório e, ao final, o acolhimento de suas impugnações com a determinação de retificação do instrumento convocatório.  
 É o relatório.  
 2. DECIDO  
 2.1. Preliminarmente, a representação foi protocolizada tempestivamente e está acompanhada dos documentos da representante nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei Orgânica do TCESP e do § 2º do artigo 220 do Regimento Interno.  
 Registro, no entanto, que não há nos autos informação de que a Representante tenha interposto impugnação administrativa junto à Municipalidade representada a fim de submeter à apreciação do ente licitante as insinuações e dúvidas que possui em face do ato convocatório lido à praga.  
 2.2.No mérito, em que pese os questionamentos desenvolvidos pela Representante, as alegações e documentos colacionados não demonstram a existência de cláusulas e requisitos flagrantemente contrários às normas de regência e que impliquem em restrição nova à competitividade do certame, que prejudiquem a formulação de propostas ou comprometam as condições que permitem o prosseguimento da licitação e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.  
 As insinuações apresentadas não demonstram materialidade suficiente para justificar a necessidade de suspensão do procedimento licitatório para análise das questões sob o rito de exame prévio, sendo vejamos:  
 2.3.Desta forma, de início, que o objeto em disputa consiste na contratação de empresa especializada na execução de serviços de reparo de vazamento em redes e ramais de água, troca de ramais de água, troca de redes de água, aterro e recomposição de pavimentos em diversos locais da cidade.  
 Em relação ao questionamento relacionado a não autorização para participação de empresas reunidas em consórcio, observo que o ato convocatório permite a subcontratação de parcela do objeto licitado, conforme previsto na Cláusula XI da Minuta do Contrato (Anexo VII).  
 Quanto às parcelas eleitas como de maior relevância para fins de comprovação da capacidade técnica somam mais de R\$2.000.000,00, apresentando, a priori, relevância financeira e dimensionadas de acordo com o objeto e com vasta possibilidade de comprovação, sem qualquer empecilho às empresas do ramo.  
 Neste cenário, as demais críticas referem-se, em sua grande parte às condições de execução do contrato, que demandam instrução probatória incompatível com o rito sumaríssimo do Exame Prévio de Edital.  
 Desta forma, ao confrontar as insinuações aduzidas com o edital, é possível reconhecer, a priori, que está preservada a estrutura competitiva necessária a permitir a continuidade da disputa, sem embargo de juízo posterior da matéria no rito ordinário.  
 2.4.Portanto, neste juízo preliminar, verifica que as questões anotadas não comprometem a formulação de propostas, não interferem nas condições de participação ou habilitação de proponentes e não ameaçam a ampla disputa. Não vislumbro, desta forma, materialidade e gravidade suficientes a justificar a concessão de medida extrema de suspensão do certame para análise da matéria em sede de exame prévio de edital.  
 2.5.Neste contexto, sem antecipar juízo de mérito em relação à licitação e ao contrato em perspectiva, julgado que será prestada por esta Corte oportunamente, o confronto entre as queixas da representante e o ato convocatório sugerem que a intervenção do controle externo neste momento não se evidencia consentânea ao interesse público primário, condição que impõe que se examine as questões suscitadas na oportunidade da análise ordinária da matéria.  
 2.6.Diante do exposto, não estando configurado interesse no processamento deste feito, por versar sobre questões sujeitas à fiscalização ordinária já realizada pelos órgãos desta Corte, DETERMINO o ARQUIVAMENTO deste processo.  
 2.7.Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados, em Cartório.  
 Dê-se ciência ao Ministério Público de Contas.  
 Aguarde-se o prazo para interposição de eventuais recursos. Por fim, arquivar-se o processo eletrônico.  
 Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PLO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO  
 PROCESSO: 00004396.989.19-6  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA (CNPJ 46.162.178/0001-30)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-01  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00008709.989.19-8  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 15.26).  
 Demanda especial atenção do responsável a recomendação da equipe técnica para correta contabilização das despesas de pessoal e a consequente extrapolação do limite prudencial.  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004418.989.19-0  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI (CNPJ 46.614.400/0001-98)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-08  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012949.989.19-8  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 17.07).  
 Demandam especial atenção do responsável o déficit verificado na execução orçamentária.  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004445.989.19-7  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADO (CNPJ 51.814.960/0001-26)  
 ADVOGADO: HILDE DE CASSIA GOMES DE OLIVEIRA (OAB/SP 199.475) / ROGERIO FABIANO MESCHINI (OAB/SP 219.635)  
 INTERESSADO(A): LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR (CPF 308.794.098-43)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-13  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00014550.989.19-8  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 15.35).  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004493.989.19-8  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA (CNPJ 49.520.133/0001-88)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-05  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 14.36).  
 Demanda especial atenção do responsável a extrapolação dos gastos com pessoal, o que exige adoção de medidas preventivas na Lei de Responsabilidade Fiscal para recondução de tais despesas a índice legalmente permitido.  
 Também advirto para a entrega intempestiva de documentos ao Sistema Audesp, o que prejudica a análise eletrônica a respeito da aplicação no Ensino.  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004506.989.19-3  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA (CNPJ 46.634.408/0001-16)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-16  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00013012.989.19-0  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 16.7).  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004546.989.18-7  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)  
 ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EVANDRA ZIMERER LOPES (OAB/SP 131.930)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: UR-03  
 PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00001453.989.18-8  
 Vistos.  
 O responsável pelas contas em exame solicita prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Evento 14.4).  
 DEFIRO o prazo de 10 (dez) dias.  
 Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.  
 Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para a manifestação da Assessoria Técnica e do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 195 do Regimento Interno.  
 Publique-se.

PROCESSO: 00004566.989.19-0  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAIS (CNPJ 65.711.699/0001-43)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-08  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012951.989.19-3  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 17.9).  
 Demandam especial atenção do responsável o elevado déficit verificado na execução orçamentária; a superação do limite com despesas de pessoal; e o atendimento as normas de Acesso a Informação e Transparência.  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004614.989.18-4  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI (CNPJ 46.523.015/0001-35)  
 ADVOGADO: HUMBERTO ALEXANDRE FOLTRAN FERNANDES (OAB/SP 142.502) / PRISCILLA MARTINS FERREIRA (OAB/SP 158.588) / ALEXANDRE DE LORENZI (OAB/SP 174.629)  
 INTERESSADO(A): RUBENS FURLAN (CPF 492.801.398-00)  
 ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: DF-08  
 PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00013126.989.18-5  
 Vistos.  
 À vista das ocorrências e/ou impropriedades apontadas no relatório da fiscalização (Evento 254.135), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO o Sr. RUBENS FURLAN, responsável pela Prefeitura Municipal acima mencionada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do contido nos autos e nos processos dependentes e/ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.  
 Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.  
 Com ou sem resposta, voltem os autos por ATJ e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RITCESP.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004642.989.18-0  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE (CNPJ 46.422.408/0001-52)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018  
 EXERCÍCIO: 2018  
 INSTRUÇÃO POR: UR-03  
 Visto.  
 O responsável pelas contas em exame solicita nova prorrogação de prazo para apresentar defesa sobre o relatório da fiscalização (Evento 17.01).  
 Trata-se do segundo pedido de dilação de prazo para essa finalidade, que justifica pela complexidade da matéria.  
 DEFIRO o prazo de 05 (cinco) dias para o interessado apresentar alegações.  
 Saliento que esta Corte de Contas passou a adotar a sistemática de contagem de prazos no Novo Código Civil, considerando apenas os dias úteis na contagem.  
 Com ou sem resposta, encaminhem-se os autos para manifestação da Assessoria Técnica e do Ministério Público de Contas.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004642.989.19-8  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO (CNPJ 44.751.725/0001-97)  
 ADVOGADO: RAFAEL FRANCESCCHINI LEITE (OAB/SP 195.852) / CAMILA OLIVEIRA BEZERRA (OAB/SP 239.548)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: UR-10  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00008662.989.19-3  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 24.16).  
 Demanda especial atenção do responsável o investimento em Ensino abaixo do percentual mínimo de 25% exigido pela Constituição Federal.  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004667.989.19-8  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DA SERRA (CNPJ 59.058.131/0001-72)  
 ADVOGADO: CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / PAULO SERGIO DE BORBA (OAB/SP 328.796) / EDGAR HUALKER DA SILVA DIAS (OAB/SP 384.389)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019  
 EXERCÍCIO: 2019  
 INSTRUÇÃO POR: DF-05  
 PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009744.989.19-5  
 Vistos.  
 NOTIFICO a Prefeitura Municipal acima mencionada, para que tome ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2019 (Evento 27.01).  
 ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar Paulista nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com fulcro no artigo 29 do mesmo dispositivo legal.  
 Publique-se.  
 PROCESSO: 00004673.989.18-2  
 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO (CNPJ 46.482.832/0001-92)  
 ADVOGADO: REINALDO RODRIGUES DA ROCHA (OAB/SP 289.918)  
 ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018  
 EXERCÍCIO: 2018

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: ELAINE DE FATIMA FERREIRA DE SOUZA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital e informe o código do documento: 1-ZN01-K91v-53QK-5ZX4